



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LITERATURA E ARTES
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

YNAÊ FRANCO DOS SANTOS

**CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA POSIÇÃO SUJEITO DA
DEPUTADA FEDERAL TRANSGÊNERO ERIKA HILTON**

Alagoinhas
2025

YNAÊ FRANCO DOS SANTOS

**CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA POSIÇÃO SUJEITO DA
DEPUTADA FEDERAL TRANSGÊNERO ERIKA HILTON**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, DLLARTES, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Gaspari Madureira

Alagoinhas
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. André Luis Gaspari Madureira pela oportunidade e dedicação para materializar este projeto de pesquisa, que levou três estações. Sob a sua orientação, pude experienciar um primoroso processo de maturação e lapidação, no qual eu pude construir minuciosamente, a minha identidade profissional, enquanto professora e pesquisadora, comprometida seriamente com o campo do saber científico e educacional, na busca de contribuir com conhecimentos valorativos. Aos meus queridos amigos, Samara, Juliete, André Reis e Caeu Pinho, por segurarem a minha mão, apoiando-me incondicionalmente em todos os momentos, alegres, tristes, temerosos e, principalmente, os mais dolorosos. Aos meus familiares, avó(in memoriam), mãe, tio e avô, pelo suporte para continuar a galgar o caminho acadêmico.

Às queridas professoras: Dulciene, Carla Patrícia, Fátima Berenice e Edil Costa pelo excelentíssimo trabalho em sala de aula, ao qual pude experienciar situações de aprendizagens regadas de conhecimentos críticos e aulas imersivas sobre a arte de professorar.

Portanto, finalizo esta trajetória acadêmica mais consciente criticamente, para que assim, possa seguir novos caminhos nas esferas científica e educacional.

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar as condições de produção que promovem determinados efeitos de sentido no discurso trans, em detrimento de outros efeitos de sentido, sob a luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Para isso, foram mobilizados alguns princípios e noções da AD, tais como discurso, forma-sujeito, formações discursivas (FD's), Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelhos Repressores de Estado (ARE). Nessa linha, para tratar do dizer trans, foi selecionado um recorte de uma entrevista da parlamentar Erika Hilton, realizada no programa Roda Viva. O *corpus* de análise se constitui por algumas sequências discursivas. Do ponto de vista metodológico, a análise se dá a partir da apreciação de uma sequência de materialidades: linguística, ideológica e discursiva. O propósito é compreender o processo de produção de sentidos e, conseqüentemente, a possibilidade de identificar certas regularidades no funcionamento das FD's e a relação que elas mantêm com a sua memória relacionada aos processos discursivos. Através deste gesto de interpretação, os resultados encontrados na análise dizem respeito tanto a uma questão social, na medida em que a pesquisa dá visibilidade à discussão sobre identidade de gênero, quanto a uma questão teórica, pois promove a aplicabilidade da AD. Desse modo, o discurso trans é um objeto de análise atual e de relevância social, uma vez que promove relações tanto de adesão, quanto de afastamento no ambiente social.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Dizer trans; Gênero

ABSTRACT

The present research aims to analyze the production conditions that promote certain semantic effects in trans discourse, besides other semantic effects, under the light of the french-style Discourse Analysis (DA), such as discourse, form-subject, discursive formations (DF's), Ideological State Apparatus (ISA) and Repressive State Apparatus (RSA). On this path, to talk about the trans discourse, an excerpt of an interview of the congresswoman Erika Hilton, conducted on the show *Roda Viva*, was selected. The *corpus* of analysis consists of some discursive sequences. From the methodological point of view, the analysis occurs from the assessment of a sequence of: linguistic, ideological and discursive materialities. The purpose is to comprehend the process of meaning productions and, consequently, the possibility to identify certain regularities in DF's functioning and the relation they keep with their discursive process related memories. Through this gesture of interpretation, the results found in the analysis relate to a social issue, as the research gives visibility to the discussion on gender identity, as well as to a theoretical issue, since it promotes the DA's applicability. Thus, trans discourse is a corrente and social ou relaxante object of analysis, once it promotes relationships of both acceptance and rejection in the social environment.

Keywords: Discourse Analysis; Trans discourse; Gender

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO	9
2.1. BREVE HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO	9
2.1.1 Pressupostos teóricos da Análise do Discurso	11
2.1.1.1 O discurso	11
2.1.1.2 O sujeito	13
2.1.1.3 Os esquecimentos	14
3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO TRANS	16
3.1 APARELHO IDEOLÓGICO FAMILIAR	16
3.2 APARELHO IDEOLÓGICO ESCOLAR	18
3.3 APARELHOS REPRESSORES DE ESTADO	20
4. SELEÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE E PLANO METODOLÓGICO	22
5. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO DIZER DE ERIKA HILTON	24
6. CONCLUSÃO	31
7. REFERÊNCIAS	33
8. ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Os valores sociais e de gênero perante a conjuntura social atual sofreram alterações, assim como os dizeres relacionados ao discurso trans. Diante disso, percebe-se a ocorrência de certa atualização desse dizer, rompendo com o discurso cisheteronormativo que instaura valores simbólicos associados às mulheres trans e travestis que, por sua vez, são marcadas social e historicamente por dizeres estigmatizantes que marginalizam suas vivências, objetificando seus corpos.

Em meio a essa profusão de dizeres, na memória discursiva se articula uma filiação de sentidos que deslizam no contexto sócio-histórico, sendo (re)atualizada ou retomada no processo discursivo do dizer trans. Diante desse contexto, esta pesquisa surge pela necessidade de compreender quais são as condições de produção que promovem determinados efeitos de sentido no discurso trans, em detrimento de outros efeitos de sentido, à luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD).

Quanto ao *corpus*, selecionou-se um recorte da materialidade da entrevista da parlamentar Erika Hilton para o programa Roda Viva, da emissora TV Cultura, para tratar do discurso trans e dos efeitos de sentido pluriversal e integrativo que desestabilizam o discurso dominante. Desse modo, o discurso trans é um objeto de análise atual e de relevância social, uma vez que promove relações de tensão caracterizadas pelos movimentos tanto de adesão, quanto de afastamento no ambiente social.

O *corpus* se constitui de algumas sequências discursivas que, do ponto de vista metodológico, são analisadas a partir de uma sucessão de materialidades: linguística, ideológica e discursiva. Para a análise, recorre-se à mobilização de noções como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), Aparelhos Repressores de Estado (ARE), discurso, memória discursiva, forma-sujeito e formações discursivas.

Desse modo, esta pesquisa é constituída por três seções – além da Introdução, da Conclusão e dos Anexos. Na seção 2, intitulada **A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO**, abordam-se, de forma breve, as bases da AD, focando nas noções teóricas que são mobilizadas no processo de análise do *corpus*.

Na seção 3, **CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO TRANS**, identifica-se como os AIE e os ARE interpelam ideologicamente o sujeito, em diferentes contextos.

Já na seção 4, **SELEÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE E PLANO METODOLÓGICO**, propõe-se a construção de um dispositivo de interpretação através da materialidade entrevista, a fim de compreender o funcionamento discursivo, explicitando as etapas dos procedimentos de análise do *corpus*.

E, por fim, na seção 5, **AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO DIZER DE ERIKA HILTON**, propõe-se estabelecer a análise do *corpus* para identificar os efeitos de sentido inscritos no dizer de Erika Hilton, bem como se estabelecem as relações de tensão no processo interdiscursivo de constituição desse dizer. Desse modo, o *corpus* será observado por meio da identificação das formações discursivas relacionadas às sequências discursivas em questão.

2. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Tratar do discurso em si, como espaço do dizer, é refletir sobre sua constituição e sua manifestação como produto sócio-histórico que está em constante percurso e movimento. O discurso em si é o espaço no qual a língua se manifesta, produzindo sentidos em diferentes e diversas perspectivas.

Para compreender as condições de constituição da análise do discurso, nesta seção será tratada da relação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Para além disso, será realizada uma breve incursão histórica da Análise de Discurso, com o propósito de destacar, neste terreno de estudo, o panorama da contextualização histórica, indispensável para entender como essas perspectivas disciplinares entram em cena no processo de constituição do novo campo de conhecimento em questão.

No decorrer da retomada histórica, alguns pressupostos estruturantes desta corrente são descritos. Por sua vez, vale salientar que, com esta pesquisa, o propósito central não visa estruturar todos os pressupostos teóricos, todavia, prima-se pela conceitualização dos elementos teóricos que serão aplicados na análise do *corpus*.

Na subseção seguinte, inicia-se a breve discussão, com a retomada histórica mediante a identificação do contexto social responsável pela constituição da Análise do Discurso.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Em meados da década de 60, do século XX, o filósofo Michel Pêcheux fundou uma área de conhecimento denominada Análise do Discurso. Neste período, surgem algumas perspectivas que vão contribuir para a constituição desse novo campo de estudo. Essas perspectivas dizem respeito à linguística, ao materialismo histórico e à psicanálise, a partir das releituras feitas respectivamente por Michel Pêcheux, por Louis Althusser e por Jacques Lacan. É por isso que a Análise do Discurso é considerada como um campo de entremeio teórico.

Nessa linha, pela linguística bebe-se da fonte do estruturalismo, proposto por Saussure, ao recortar o trabalho que vinha sendo desenvolvido por esta corrente acerca da língua, questionando-a e ampliando as discussões acerca da linguagem, agora, como um sistema material. Trata-se da prática de linguagem, afetada pelo simbólico. A língua faz

sentido pela filiação constitutiva do homem e da história que se relacionam entre si. (Cf. Orlandi, 2020, p. 17).

Por se constituir em um campo de confluência, a teoria discursiva em questão propõe que o objeto de estudo, discurso, não deve ser tratado de maneira equivalente à noção de fala, perante a dicotomia língua/fala proposta por Ferdinand de Saussure. Na perspectiva estruturalista, a língua caracteriza-se por ser social, homogênea e abstrata, tornando-se, por conta disso, objeto de estudo do campo linguístico. Já, no que corresponde à fala, apresentam-se traços heterogêneos e concretos/materiais. Visto isso, Michel Pêcheux faz uma releitura da linguística saussuriana, com foco na noção de fala, para tratar seu objeto de estudo enquanto espaço de confluência. Para Pêcheux (2009, p. 82), "a oposição concreto/abstrato não poderia se superpor à oposição discurso/língua. A discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual 'concreta' de habitar a 'abstração' da língua". A teoria discursiva reformula, portanto, o conceito de fala para caracterizar o discurso. Conforme Maldidier (2003, p.22), "Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas".

A contribuição da psicanálise se dá ao articular as noções de inconsciente e de ideologia que, na Análise de Discurso, contribuem para o processo de interpelação do sujeito da AD. Face ao inconsciente, temos o trabalho da subjetividade que não se centra no indivíduo, isto é, no sujeito empírico. Por consequência, ele não tem controle dos efeitos de sentido materializados naquilo que está sendo dito por ele mesmo. E a relação com a ideologia funciona pelo campo social, interpelando o indivíduo em sujeito. Com isso, de acordo com Indursky (2008, p. 10), a noção de sujeito trabalhada centra-se em uma teoria não subjetiva da subjetividade, no que concerne "[...] refletir sobre a subjetividade, porém busca uma subjetividade que não se centre no indivíduo plenamente consciente de suas motivações e propósitos."

E através do materialismo histórico, abordam-se os sentidos constituídos na materialidade histórica. Em significância, o real da história é afetado pelo trabalho simbólico. (Cf. Orlandi, 2020, p. 18). Por meio dessa perspectiva, chega-se à concepção de aparelhos ideológicos, como instituições relacionadas a um conjunto de práticas que atravessam a história e o social. Esse trabalho transdisciplinar constituído por Pêcheux advém de proposições do marxista Louis Althusser. Alvarez e Peixoto (2020) apontam que, segundo Althusser, a ideologia deve ser entendida como um conjunto de práticas materiais, para além do campo das ideias (simbólico), que se difundem socialmente de diversas maneiras.

Desenvolve-se, assim, com esta relação transdisciplinar, a constituição teórica da Análise do Discurso, já que é pelo discurso que a relação entre língua-história-ideologia-sujeito ocorre. Isso implica a dinamicidade de tal corrente, ao refletir, em sua constituição, que não há espaço para a acomodação. Por sua vez, nota-se que o trabalho desenvolvido pela Análise do Discurso não é cristalizado, não é transparente, mas pressupõe uma opacidade própria da noção de (inter)discurso.

2.1.1 Pressupostos teóricos da Análise do Discurso

Face ao dispositivo teórico, a Análise do Discurso distingue-se do estruturalismo através da formulação de trabalho da linguagem que, na linha estruturalista, se dá considerando a dicotomia entre língua e fala. Devido à nova acepção de uma abordagem de estudo acerca do discurso, instaura-se uma ruptura com os estudos até então desenvolvidos pelo estruturalismo. A teoria discursiva surge como um novo terreno de conhecimento, ao tratar da materialidade do discurso, constituindo a partir desse objeto de estudo seu dispositivo teórico em uma região de entremeio. Na ótica pecheuxtiana,

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes [...]. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2000, p. 20)

Sendo assim, a partir da ótica pecheuxtiana não se deve atribuir ao discurso a noção de fala, pois são elementos distintos. Como é afirmado por Orlandi (2020), a fronteira entre língua e discurso situa-se em destaque em cada prática discursiva, na qual, ela não é vista totalmente sem falha ou/e equívocos. O discurso em si é uma unidade teórica cuja natureza é de ordem linguístico-histórica, relacionando-se com os sujeitos e os sentidos.

2.1.1.1 O discurso

Etimologicamente o conceito de discurso equivale à ideia de curso, movimento, per(curso), funcionando como objeto sócio-histórico, materializado na/pela língua. Os estudos pecheuxtianos estabelecem a noção de discurso, refletindo as condições de produção dadas e o percurso dos efeitos de sentido, em conformidade com a materialidade específica, a materialidade linguística, proposta por este dispositivo teórico transdisciplinar.

O lugar teórico da Análise de Discurso é o de ruptura, ao trabalhar o tecido discursivo como espaço de exterioridade (sócio-histórico), confrontando o simbólico com o ideológico que, segundo Brasil (2011), funciona como um mecanismo de produção de sentidos em unidades textuais. Em sua regularidade, o discurso, enquanto objeto de estudo, se direciona a um segmento textual, para além das frases. Atualmente, os estudos do discurso mobilizam variados e distintos dispositivos analíticos, como é o caso das materialidades imagéticas, englobando, assim, o não verbal.

Por conta da natureza sócio-histórica, o discurso distingue-se do texto, e não deve ser confundido como uma única materialidade linguística. O texto em sua natureza é fechado em si, por apresentar um começo, meio e fim estabelecido na sua superfície linguística. Segundo Orlandi (2020), a Análise do Discurso não procura colocar o texto como ponto de partida absoluto, sendo uma peça de linguagem de processos discursivos. Com isso, percebe-se que essas duas unidades relacionam-se diretamente, visto que o funcionamento do discurso ocorre no espaço do texto. Desta maneira, o texto é uma dispersão de discursos, de natureza heterogênea, onde se materializam as formações discursivas. E o discurso, conseqüentemente, implica a dispersão do sujeito. Em correspondência a isso, a teia discursiva se constitui pela relação da história no trabalho significativo do sujeito na relação com o mundo que o texto organiza.

Para entender melhor esta linha teórica, devem-se conceber os gestos de interpretação que são colocados em questão. Para compreender os processos de significação, trabalha-se a partir da transposição dos limites da superfície linguística do texto. Desse modo os gestos de interpretação devem ser vistos como um espaço de fronteira, a partir do qual os efeitos de sentido encontram-se discursivamente em dispersão no texto. Orlandi assevera que o gesto de interpretação é um mecanismo que faz parte do processo de significação, que, por sua vez, não tem como propósito procurar um sentido verdadeiro, mas trabalhar no dispositivo analítico a não-transparência da linguagem e a constituição do sujeito. Ainda de acordo com Orlandi, os dispositivos teórico e analítico diferem em suas naturezas:

Por isso distinguimos entre o dispositivo teórico da interpretação, tal como o tematizamos, e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Embora o dispositivo encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já "individualizado" pelo analista em uma análise específica. Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (Orlandi, p.25, 2020)

Para a mobilização dos dispositivos analíticos, é preciso compreender os efeitos de sentido do/no processo discursivo posto em análise, que trabalha o simbólico e a materialidade ideológica. Desta forma, para a compreensão de tais elementos, no funcionamento do processo discursivo, é preciso compreender também o sujeito na Análise do Discurso.

2.1.1.2 O sujeito

Nessa conjuntura, outro ponto estruturante do discurso é o sujeito. A noção de sujeito na Análise de Discurso parte de um campo de confluência. Nesse lugar teórico, sua noção é compreendida pela ótica da materialidade, da teoria não subjetiva da subjetividade, regulada pela relação da língua com a exterioridade sócio-histórica.

Segundo Orlandi (2020), é pelo efeito de evidência que a realidade é trabalhada como um sistema de significação. Nessa perspectiva, as relações de sentido são determinadas pelo sujeito do discurso, interpelado ideologicamente. Esse sujeito, constituído pela AD, refere-se a uma categoria discursiva, tratando-se, assim, de uma forma-sujeito que se identifica com uma dada formação discursiva. Em suma, o sujeito discursivo proposto por Pêcheux não remete ao indivíduo, sujeito psicofisiológico, dotado de consciência, mas, através de interpelação ideológica, aos lugares sociais de onde se fala.

Desse modo, pode se afirmar que não há discurso sem sujeito. O sujeito se dá pela ideologia e pela língua, com isso, em seu processo de constituição ele é sujeito de e é sujeito a, submetido no jogo de efeito das evidências de sentido inscrito na opacidade da língua. “O sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro [...], está condenado a significar e é atravessado pela incompletude.”(Cf. Brasil, 2011, p. 174).

Nesse sentido uma teoria não subjetiva da subjetividade constitui-se para trabalhar o seu funcionamento, como é apontado por Orlandi:

[...] impelindo, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (Orlandi, 2020, p. 50-51)

Visto isso, a ideologia é tratada como prática significante, da ordem simbólica, interpelando o indivíduo em sujeito do discurso. Segundo Orlandi (2020), a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da

língua na história para que ela (re)signifique e contribua para a produção do efeito de evidência do sentido (o sentido já-lá), além de trabalhar a ilusão da transparência da linguagem.

Nessa linha, a noção psicológica trabalhada, da natureza do sujeito do discurso, é sob o modo do imaginário, sendo atravessado pela relação língua-história. Essa forma-sujeito histórica é, então, a base do processo de assujeitamento.

Visto isto, a inscrição do sujeito, dos sentidos e da linguagem no discurso advém da natureza de incompletude. Na teia discursiva, a incompletude é a condição da linguagem, materialidade na qual se dá a manifestação do discurso.

2.1.1.3 Os esquecimentos

É pelo relacionamento do efeito polissêmico com o efeito parafrástico que se instaura um modo de tensão, configurando-se em uma relação de forças. Pêcheux identifica essa tensão, no dizer, entre o mesmo e o diferente. Conforme aponta Orlandi, esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Ainda de acordo com ela:

[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (Orlandi, 2020, p. 36)

Na ótica discursiva, a paráfrase funciona como modo de estabilização, ao passo que a polissemia trabalha com a ruptura dos processos de significação. Assim sendo, nessas duas proposições, o sujeito significa e é significado no trabalho simbólico que a linguagem realiza, por isso ele é de natureza sócio-histórica, interpelado pela ideologia e constituído pelo esquecimento.

Para tanto, Pêcheux propõe duas formas de esquecimento, ideológico e enunciativo, no funcionamento da discursivização e na constituição dos sujeitos e dos sentidos pela não transparência da linguagem trabalhada no jogo entre paráfrase e polissemia. Ambas as noções se entrecruzam na estrutura do dizer.

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] O outro

esquecimento é o esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos existentes. (Orlandi, 2003, p. 35)

Assim, o esquecimento ideológico ocorre nos processos discursivos através do sujeito, afetado pela língua e pela história. Através dessa forma, o efeito de ilusão do sujeito ser a origem do dizer ocorre, quando, na verdade, este retoma sentidos preexistentes na constituição social e histórica. E, em correspondência, o esquecimento enunciativo diz respeito ao ato do dizer como uma ilusão referencial que se realiza no sujeito da enunciação. Nessa linha, o sujeito tem a impressão de ser a origem do dizer.

Conforme Orlandi, o discurso se apresenta como uma prática simbólica que não se fecha. Nesse caso, as ilusões são fundamentais para a constituição das condições de produção do discurso. Ainda de acordo com essa autora, "Os sujeitos "esquecem" que já foi dito - e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos." (Cf. Orlandi, 2020, p. 34).

Dessa maneira, a materialidade discursiva já se encontra em processo de movimento, percurso, afetado pelo esquecimento. Por isso, os sentidos estão inscritos na língua e na história. Em todo dizer o per(curso) de significação ocorre na discursividade, numa relação de entremeio.

3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO TRANS

Face à escassa representatividade LGBTQIAPN+ na política institucional brasileira, o período das eleições municipais de 2020 representa um marco histórico, ao eleger a primeira vereadora trans da capital paulista e a candidata trans mais votada do país. Esse período é marcado por outro fator determinante: o recorde de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil.

A elegibilidade de parlamentares trans e travestis representou também a ascensão da política pluriversal, com a construção de espaços dialógicos, atribuídos pela lógica da heterogeneidade, desdobrada no modo de se pensar as relações sociais, perante o princípio de coletividade e de diversidade. De acordo com Vitória (2019, p.8), a noção de pluriversalidade se constitui pela “construção de espaços e diálogos horizontais e liberadores [...] entre diferentes racionalidades no mundo real, que é necessariamente o espaço objetivo onde todos os diferentes mundos têm que existir [...]”. Desse modo, faz-se necessário compreender como as diferentes e múltiplas materialidades discursivas se constituem na política pluriversal, mediante as condições de produção dos dizeres de Erika Hilton.

Para tanto, analisar as condições de produção dos dizeres de Erika Hilton não implica considerá-la como um sujeito físico, provido de intencionalidades, e sim promover um deslocamento para a forma-sujeito, isto é, uma categoria discursiva. Com isso, compreender os contextos situacionais e históricos pelos quais a deputada transitou em sua vida significa entender os ambientes ideológicos que contribuíram para interpelá-la e, assim, (re)instaurar a forma-sujeito do discurso político trans. Por conseguinte, o trabalho ideológico será tratado como um conjunto de materialidades, e não como um conjunto de ideias.

Desta maneira, esta seção abordará brevemente como os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os Aparelhos Repressores de Estado (ARE) podem ter interpelado ideologicamente a deputada federal Erika Hilton, perante o contexto histórico desde a sua infância até inserção na política.

3.1 APARELHO IDEOLÓGICO FAMILIAR

Para investigar o AIE em questão, é preciso compreender o percurso sócio-histórico da Erika Hilton e os processos de sua formação, nos âmbitos social, histórico e político. Nascida em Franco da Rocha, município localizado na região metropolitana de São Paulo,

em 09 de dezembro de 1992, e criada na periferia do município Francisco Morato, Erika Santos da Silva, popularmente conhecida como Erika Hilton, é uma mulher transgênero, preta, periférica, ativista e deputada federal.

No que tange à sua vivência familiar, esta é marcada por dois momentos distintos entre a infância e a juventude. Filha mais velha, foi criada por mulheres, mãe, tias e avó em uma vila na periferia de Francisco Morato-SP. A sua infância é marcada por um período de liberdade de gênero, expressando a feminilidade, sem restrições advindas das normatizações de gênero e pelos marcadores de sexo biológico. Em entrevista para a revista Cult, Erika (2021) retrata sobre a sua configuração familiar:

Minha família é muito matriarcal, feita de mulheres duras, fortes. Hoje em dia eu vejo muito delas em mim, no jeito como me visto, como cuido das minhas coisas e organizo minha vida. A família tradicional brasileira é essa de mulheres fortes, da mãe solteira com suas irmãs e avós cuidando dos filhos e vencendo o mundo.[...]

Desse modo, a vivência em seu contexto familiar, enquanto uma criança afeminada, foi concebida com normalidade, constituindo uma condição sócio-histórica fundamental para a compreensão de sua expressão de gênero e, mais tarde, em sua adolescência, para constituição de sua identidade de gênero trans. No documentário Corpolítica, Erika Hilton relata:

[...]nunca houve não se pode ser assim, não pode fazer isso, mas dado momento aonde eu começo a declarar, e naquele momento, ainda se achando gay, porque a pauta sobre identidade de gênero trans, travesti, não era uma coisa que se discutia, já era um incômodo, isso já era uma coisa que não se discutia antes, porque é isso, eu andava no quintal com toalha na cabeça dizendo que eu era Paola Bracho [...]

Já, o período de sua adolescência é representado por conflitos e rupturas familiares, devido a sua transgeneridade, revelada aos 14 anos. A constituição da sua travestilidade, identidade de gênero, ocorre no período da adolescência, aos 14 anos.

Atualmente, Erika Hilton, em suas práticas discursivas, reitera ser uma mulher transvestigener¹. Este termo se refere à identidade de gênero de pessoas transfemininas. A nomenclatura transvestigener é a junção das palavras Travesti + Transgênero, e diz respeito a uma pessoa que se identifica no espectro de feminilidade e mulheridade. Esse termo foi criado pela ativista trans Indianara Siqueira, com o intuito de designar a representação, em sua totalidade, de sua identidade de gênero, em um espaço de entremeio, ao se situar tanto no espectro Trans, quanto no espectro Travesti. Nessa linha, nota-se que Erika Hilton autoindentifica-se tanto como trans e travesti, quanto como transvestigener, no seu

percurso de autoidentificação, enquanto ser social e atuante política desde a sua transição de gênero.

No processo de revelação e vivência de sua identidade de gênero, sua mãe, Rosemeire de Jesus, converte-se ao protestantismo. Desse modo, o lar de acolhimento e de respeito que conheceu na infância transformou-se em um ambiente hostil, devido às materialidades sócio-históricas, advindas do fundamentalismo religioso. No documentário *Corpolítica*, Erika Hilton afirma: “[...] quando minha mãe se converte ao cristianismo e passa a ter uma visão mais fundamentalista das coisas, num gesto até de amor, hoje eu consigo entender, uma tentativa de salvação da minha alma, de salvação de minha vida[...].”

Desta maneira, o fundamentalismo religioso no ambiente familiar fomentou uma ruptura das relações familiares. Percebe-se, então, a atuação da igreja como Aparelho Repressor do Estado, ao institucionalizar e condicionar, enquanto espaço de poder, práticas unilaterais e conservadoras, concebendo o corpo de Erika Hilton como abjeto e promíscuo, o que a fez vivenciar a marginalidade, após ser expulsa do ambiente doméstico.

3.2 APARELHO IDEOLÓGICO ESCOLAR

Diante da compulsória situacionalidade da prostituição condicionada, em face à marginalidade das ruas, dos 14 aos 19 anos, na tentativa de se reconciliar com sua família e restabelecer os laços afetivos, Erika Hilton regressou ao lar. Por sua vez, ao retornar ao lar, buscou reconstituir sua vida, retomando os estudos, concluindo o ensino médio na modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA) e, respectivamente, se afastando da prostituição. Ao finalizar o ensino médio, ingressou na Universidade Federal de São Carlos, localizada no interior de São Paulo, para cursar pedagogia, e posteriormente gerontologia, contudo, graduou-se somente em pedagogia.

No que tange à formação dos cursos de graduação, vivenciada no período acadêmico, a sua formação em pedagogia pela UFSCAR tem como objetivo formar um educador profissional comprometido com o processo de ensino e aprendizagem, para atuar nas séries iniciais do fundamental I (educação infantil), da modalidade EJA, da gestão e coordenação pedagógica. Já, o curso em gerontologia tem como finalidade a atenção no processo de envelhecimento das pessoas para proporcionar uma gestão de velhice saudável.

A partir da vivência no seio acadêmico, conheceu o movimento estudantil e se tornou uma ativista política a favor dos direitos trans e travestis. Em 2015, passou por um episódio de transfobia por parte de uma empresa de ônibus no estado de São Paulo, ao se

negar a imprimir o bilhete de passagem com seu nome social. Mobilizou-se, então, recorrendo à instância jurídica para ter o seu nome social respeitado, já que este é garantido por lei e reconhecido pela Constituição Federal.

Através dessa experiência pessoal, Erika Hilton trilhou os primeiros passos no campo político, na luta contra a transfobia. Logo, insurge como uma importante voz, com sua manifestação discursiva em prol da visibilidade e dos direitos trans e travestis. Ao buscar reconhecimento dos seus direitos enquanto ser social, a sua reivindicação inscreve-se na dimensão coletiva, ao repercutir nas redes sociais, ganhando notoriedade, ao atingir a esfera pública, ocasionando um movimento nacional. Ao destacar-se nas redes sociais como um dos assuntos mais discutidos, sua luta tornou-se coletiva, com o apoio da massa popular. Em entrevista para a revista Cult, Erika Hilton (2021) relata que a sua consciência política constitui-se pela tomada de posição, enquanto sujeito mulher trans:

Eu tomei consciência política quando fui expulsa de casa. Ao perder o ambiente familiar, comecei a entender que há um projeto institucionalizado para o meu corpo negro, periférico, de criança viada. Tudo isso já tem um lugar de exclusão destinado pela sociedade. Não poderia tratar aquelas violências como naturais. [...]

Nas teias de sentidos, o atravessamento pelo discurso a favor dos direitos trans foi fundamental para a constituição de um efeito de identidade política. Em virtude disso, percebe-se uma tomada de posição, no ato de consciência política adquirida, ao integrar o movimento estudantil. De acordo com Erika Hilton (2021):

Na UFSCar, conheci o movimento estudantil e passei à militância. Fundei um cursinho pré-vestibular para travestis e transexuais no campus. Entendi que precisava ter atividade política para pautar aquelas dificuldades, ser uma voz que facilitasse acessos e desse visibilidade ao que estava debaixo do tapete.[...]

Ainda segundo a parlamentar, proporcionar o curso preparatório para vestibular promove o acesso à universidade por parte de outros corpos trans, para que, assim, possam ocupar os espaços de poder. “Entendi que é urgente e necessário tomar o poder, sermos protagonistas da sociedade que queremos construir [...]”.

3.3 APARELHOS REPRESSORES DE ESTADO

A manifestação dos ARE na operacionalidade da agência militar/policial no campo social, em determinadas situacionalidades, tem promovido uma atuação da qual não raro

emana efeitos de sentido de repressão e abuso de poder. Diante de dadas condicionalidades, o dizer de Erika Hilton em sua atividade política permeia, em significância, através de materialidades discursivas, teias de sentidos no combate à repressão, ao abuso de poder e à opressão do ARE, pela/para promoção da defesa dos direitos humanos. Vale ressaltar que não foram encontrados registros de sua vivência com os ARE referentes à fase de sua vida, antes da sua inserção na política. Os dados encontrados são condizentes ao período de sua atuação política, desde o cargo de vereadora a deputada federal.

No primeiro trimestre de 2021, segundo o portal G1, Erika Hilton e outras três parlamentares trans, filiadas ao PSOL, que atuam no campo político nacional, sofreram ameaças. Segundo a matéria “Polícia de São Paulo investiga se há relação entre atentados contra três parlamentares do PSOL”, houve uma tentativa de invasão do gabinete de Erika Hilton na câmara municipal de São Paulo. Após o ocorrido, a parlamentar registrou um boletim de ocorrências para investigação do caso e o suspeito foi identificado. Em entrevista à TV Globo, ela relata que “Era esse denominado garçom Reaça, que estava lá na frente, com símbolos cristãos. Eu já venho sendo atacada desde quando fui eleita pela primeira vez.”. Ao realizar uma breve apreciação dessa materialidade discursiva, nota-se que o ataque é direcionado ao sujeito que ocupa o lugar social de político e partidário trans.

Nesse aspecto, sendo o Brasil considerado o país que mais mata pessoas trans no contexto mundial especialmente ante a política da extrema-direita contra essas corporalidades, a ameaça aponta para uma questão de transfobia. Uma mulher trans assumir um cargo político, em um espaço de poder, dominado por pessoas cishetoronormativa é revolucionário, mesmo diante da represália, traduzidas por materialidades discursivas sob efeito de violência, opressão e discriminação.

Uma matéria jornalística publicada no site do partido político PSOL, em agosto de 2023, relata um ato operacional de policiais, cujos relatos coletados e provas em vídeo, que circula nas redes sociais, após os agentes matarem mais de dez pessoas na cidade de Guarujá, no estado de São Paulo. Como medida de ação, a parlamentar Erika Hilton solicitou à polícia militar de São Paulo a abertura de investigação sobre o caso, para cobrar às instâncias judiciárias, ao Ministério Público e à CONDEPE os devidos esclarecimentos e a tomada de medidas para responsabilizar os agentes policiais envolvidos. Em um pronunciamento em suas redes sociais, Erika Hilton (2023) reitera: “Não podemos ficar inertes enquanto um Governador celebra chacinas, e seus aliados trabalham pra que mais policiais e civis morram pedindo a retirada das câmeras corporais”. Diante disso, reivindica às autoridades a favor da justiça e equidade diante do caso; “É hora de articulação, pressão e luta

pra que Tarcísio de Freitas entenda que chacina não se celebra, se condena, assim como também devemos condenar a morte do policial na semana passada”.

Um caso de agressão policial contra uma mulher LGBTQIA+ no metrô da cidade de São Paulo, em 2023, foi denunciado pela parlamentar juntamente com Amanda Pascoal. O ocorrido foi enquadrado como lgbtfobia, sendo posteriormente investigado. Através de rede social X (antigo twitter), Erika Hilton (2023) condena o ato violento: “Os policiais militares, cada dia mais violentos no nosso Estado, precisam responder pelos seus atos. E qualquer indício de discriminação precisa ser devidamente investigado”.

Em 2024, a deputada federal acionou o Ministério Público de Goiás para apurar a conduta de policiais civis que invadiram uma casa por engano e apontaram a arma para os moradores. A operação tinha como objetivo o cumprimento de mandado de busca e apreensão de envolvidos em tráfico de drogas. Em uma sessão da Câmara Federal, a parlamentar, em seu pronunciamento, recriou a atuação dos agentes: “As condutas retratadas na presente representação demonstram um total despreparo de agentes de segurança pública do Estado, seja pela execução equivocada e descuidada de mandado judicial, seja pelo tratamento dado à família presente na residência em que foi abordada.”

A relação estabelecida por Erika Hilton com os ARE, portanto, não se desvincula de sua experiência de quem fala do lugar social mulher trans, bem como de parlamentar.

4. SELEÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE E PLANO METODOLÓGICO

A constituição do *corpus* é de natureza jornalística. Selecionou-se um recorte da entrevista da parlamentar Erika Hilton para o programa Roda Viva, da emissora TV Cultura, publicado na plataforma Youtube, no canal do programa em 1 de fevereiro de 2021. Neste período, a parlamentar exercia o cargo de vereadora na câmara de vereadores da capital paulista, São Paulo.

O programa contou com a apresentação da jornalista e apresentadora Vera Magalhães, e a dinâmica da entrevista foi realizada por uma banca de entrevistadores que, neste programa, foi composta por cinco profissionais¹: O Caê Vasconcelos, escritor e repórter da Ponte jornalismo, a Helena Vieira, escritora, a Angela Boldrini, repórter da Folha de São Paulo, o Thiago Amparo, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV- SP) e colunista da Folha de São Paulo, e a Vitória Régia da Silva, repórter da web revista Gênero e Número. Constam nesta bancada duas representações trans para entrevistar a parlamentar Erika Hilton: Helena Vieira e Caê Vasconcelos.

A delimitação do *corpus* visa permitir uma breve análise dos modos de produção de sentido no âmbito do discurso. Desse modo, a metodologia adotada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, sendo conduzida à luz da Análise de Discurso de Linha Francesa, utilizada como base teórica.

A análise do *corpus* se fundamenta, do ponto de vista metodológico, a partir de uma sequência de materialidades: linguística, ideológica e discursiva. Essas etapas dos procedimentos de análise do *corpus* (material empírico) correspondem ao processo que dá forma à análise.

A materialidade linguística é a primeira etapa, quando ocorre o contato com a superfície linguística do texto (peça da linguagem). Nesse momento, concerne observar as condições de produção sobre como se diz, o que se diz, e quem o diz, para apreender o modo de funcionamento do discurso, materializando a superfície linguística no discurso. Para tanto, trabalha-se com as famílias de paráfrase e de sinonímia e a relação do dito e do não-dito (processo de significação das palavras), para construção do objeto discursivo. De acordo com Orlandi (2020) o sujeito se marca no que diz na superfície linguística, para que, desse modo, seja compreendido o modo como o discurso se textualiza, tendo em vista o

¹ O uso do artigo anteposto aos nomes (substantivos) dos entrevistadores foi feito de maneira intencional, com o intuito de reforçar, legitimar, bem como, validar as respectivas identidades de gênero, como é o caso do Caê Vasconcelos (homem trans) e da Helena Vieira (mulher trans).

trabalho da relação dos dizeres, do que é dito em determinadas condições de produção, em diferentes formações discursivas. Conforme Indursky (2008, p. 15), todo dizer se relaciona com outros dizeres (alojados na memória histórica), indicando, assim, diferentes formas de se relacionar com a forma-sujeito e com a ideologia, dada a FD em que se instaura:

[...]as fronteiras de uma formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes. Em consequência disso, seu domínio de saber é frequentemente atravessado/invadido por saberes provenientes de outras formações discursivas, de outra forma-sujeito, de outras posições-sujeito, comportando, por conseguinte, igualdade, mas também diferença e divergência, sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar de igualdade de sentidos e unicidade de sujeito.

Na materialidade discursiva, segunda etapa, trata-se de considerar o objeto discursivo, compreendendo como o objeto simbólico produz sentidos no determinado dispositivo analítico, observando o deslocamento do sujeito e os jogos de sentidos afetados pela linguagem, no processo de significação com a ideologia. Segundo Orlandi, procura-se relacionar nas formações discursivas distintas os jogos de sentidos observados no processo de significação (Cf. Orlandi, 2020, p. 76). Trata-se da etapa de identificação da materialização de determinados efeitos de sentido, e não outros em seu lugar.

A materialidade ideológica, terceira etapa, corresponde ao modo de constituição dos sujeitos (e suas respectivas posições) e sua relação com o mundo e os efeitos de sentido produzidos nos processos discursivos. Em outras palavras, resulta da observação da historicidade na unidade de análise, no trabalho significante da ideologia, materializada na língua, e dos efeitos da língua na ideologia, passando pelos processos de esquecimentos, para se chegar ao real dos sentidos. Conforme Orlandi (2020, p. 76-77), a historicidade na língua se faz pelo processo da paráfrase, sinonímia e metáfora:

[...] Ao longo de todo o procedimento analítico, ao lado do mecanismo parafrástico, cabe ao analista observar que chamamos de efeito metafórico.
A definição do efeito metafórico permite-nos, pondo em relação discurso e língua, objetivar, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento.
[...] A metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos de metáfora não vista como desvio mas como transferência.

Desse modo, essas etapas representam o percurso analítico que aqui se segue para o desenvolvimento desta pesquisa.

5. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO DIZER DE ERIKA HILTON

Considerando o objeto de análise em questão, descrito na seção anterior, esta pesquisa propõe realizar uma análise discursiva da resposta dada pela vereadora Erika Hilton a uma determinada pergunta da entrevistadora Vera Guimarães. Nesse ínterim, a entrevistadora, em sua pergunta à parlamentar, sinaliza brevemente a trajetória de vida da entrevistada, traçando um paralelo entre as cicatrizes citadas na música do Emicida e as vivências de Erika Hilton, indagando de que maneira tais situacionalidades contribuíram para a tomada de posição e consciência de si, para a construção do seu protagonismo na política, bem como, para a potencialização de sua voz ativa em seu mandato de modo mais abrangente.

Vale salientar que os presentes enunciados propõem estabelecer relações no processo de significação para explorar as possibilidades de efeitos de sentido inscritos no dizer de Erika Hilton. Portanto, o objeto de análise será observado através de formações discursivas, identificadas a partir da materialização de sequências discursivas, as quais se apresentam em quadros de análise, como neste que se segue:

Bom, eu acho que essas cicatrizes, essas marcas da violência, da desumanização, da abjeção de um corpo que só pelo simples fato de ser negro, de ser pobre, de ser trans passa por essas centenas de ob-obstáculos fizeram com que eu compreendesse a urgência e a necessidade de que a minha voz e que a voz desses grupos sociais fossem ouvidas.

Conforme o início da resposta da vereadora, percebe-se a materialização de uma FD de marginalização, concebida como FD1. Ao debruçar-se sobre o enunciado, verifica-se que nele está sendo (re)produzido o efeito de sentido de julgamento, uma vez que os grupos sociais trans, negros e pobres são comumente julgados e condenados devido a sua condição identitária e financeira. É possível perceber que o enunciado parte de um lugar ideológico, ao mobilizar sentidos de exclusão e desigualdade.

Desse modo, a questão arbitrária para categorizar os grupos sociais deriva de normatizações, ao julgar como as pessoas devem ou não devem ser e como podem e não podem se expressar. De acordo com Freire (2005, p. 24), “humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.” Logo, o processo constituinte da

(des)humanização do ser humano, na perspectiva freiriana, remete historicamente ao discurso biológico do homem como ser inconcluso, e, por isso, passível de (re)produzir determinados julgamentos, a partir de um sistema de paráfrase e polissemia. Nessa perspectiva, levanta-se a questão da ideologia em relação simbólica com a materialidade histórica para (re)produção de efeitos de julgamento.

As filiações de sentido, aqui tratadas, remetem à memória. Assim, os efeitos de sentido não estão só nas palavras e nos textos, mas na relação com a exterioridade. Por sua vez, diante do contexto histórico, emergem duas questões conflituosas, que podem ser compreendidas em dois enunciados. Um deles é “urgência e a necessidade de que minha voz e que a voz desses grupos sociais fossem ouvidas”, no qual se pode observar um efeito de desejo, na tomada de posição da mulher trans, para emancipar-se, assumindo o controle de si. Em confronto, no enunciado “essas cicatrizes, essas marcas da violência, da desumanização e da abjeção de um corpo”, constata-se o efeito da tentativa de silenciamento de tais identidades, condenando esses corpos, tratando-os como descartáveis. Conforme Nascimento (2021, p. 101), “[...] o processo de patologização, criminalização e subalternização das identidades trans* faz parte dos interesses do Sistema Colonial moderno de gênero.”. Assim, a patologização das identidades trans está relacionada sócio-historicamente em alguns dizeres, como um efeito de manutenção do sistema cisgênero e colonial. Já, para Bento (2017, p. 84):

A heterossexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de operações constantes de repetição e de re- citação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo-sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas.

Sendo assim, tais efeitos de sentido estabelecem uma relação de oposição, por se materializarem em lugares ideológicos distintos, no interior da FD1. Dito isto, percebe-se a heterogeneidade da materialidade discursiva, devido a sua natureza dialógica, estabelecida pela relação de um dizer com outros dizeres. De acordo com Orlandi (2020, p. 41), a noção de FD “(...) se define como aquilo que numa formação ideológica dada- ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito.”

Verifica-se, a partir das regularidades discursivas, a ligação de momentos históricos e sociais, tendo em vista o já-dito, ao conceber a imagem da mulher trans, do negro e do

pobre. Logo, a situacionalidade sócio-histórica dessa discursividade traz em si uma memória. No que diz respeito aos negros, Gonzalez afirma:

A situação social do negro depois da abolição é vista à luz da herança do antigo regime. Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração. (Gonzalez, 1982, p.86)

Historicamente, em relação com as materialidades discursivas acerca dos pobres, segundo Souza (2017, p. 79):

“A oposição entre o “pobre honesto” e o pobre “delinquente” rasga praticamente todas as famílias e torna muito difícil a existência de formas de solidariedade de classe na “ralé”, as quais são possíveis, por exemplo, na classe trabalhadora. [...] mas por práticas de abandono e de ódio de classe que lograram se reproduzir no tempo[...]

Nessa linha, pode-se dizer que perpetuam historicamente entre tais grupos sociais o discurso de ódio, tensionado ideologicamente nas materialidades discursivas do sujeito negro, pobre e trans em relação aos seus papéis sociais. Para Freire (2005, p. 32) “[...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.”

Constata-se, então, que tais identidades são categorias simbólicas que se apresentam como marginalizadas, tal como são enunciadas na FD1 a partir de um lugar ideológico estigmatizante, ao projetar estereótipos pejorativos. Logo, alinha-se a três concepções universalizantes – cis-branco-heteronormativa – que são determinadas pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe referentes aos papéis sociais. Portanto, essas corporalidades são muitas vezes condenadas, segregadas, patologizadas por “essas marcas de violência”, sendo simbolizadas, mediante o processo de paráfrase e polissemia, como corpos descartáveis, à margem da sociedade. No plano de significação da FD de marginalização, nota-se, através de termos como "abjeção", "desumanização", "violência", que tais expressões adjetivadas relacionam-se entre si, estando associadas ao substantivo “marcas”, referente aos estereótipos.

Historicamente, o enunciado “a necessidade de que minha voz e que a voz desses grupos sociais fossem ouvidas” também mobiliza outro efeito de sentido, o pluriversal, ao presentificar a questão representativa trans em sua dimensão existencial, ao naturalizar sua materialidade corporal e discursiva: “eu compreendesse a urgência e a necessidade de que a minha voz e que a voz desses grupos sociais fossem ouvidas.”. Conforme Nascimento

(2021, p. 60) retrata acerca da imagem das pessoas trans na construção simbólica da sociedade, “Entendemos que nossas performances de gênero como mulheres transexuais e travestis se fazem por meio de discursos, regimes de verdade, materializações de corpos, aparatos jurídicos sobre gênero que se proliferam socialmente.”

Mediante a isso, o sentido pluriversal emana de outra FD, concebida como a FD2. É através dela que se promove uma relação de conflito com a FD1, da qual emergem efeitos de sentido de marginalização. Assim, é interessante perceber que ocorre um atravessamento interdiscursivo entre ambas as FDs, ao emanar um efeito de transgressão na FD2 – pluriversal – acerca da representatividade trans, cuja mobilização de sentidos apresenta indícios de rompimento com as normatizações marginalizantes. Portanto, na materialidade discursiva percebe-se como a FD2 se contrapõe à FD1, considerando os efeitos de sentido de marginalização do ponto de vista pluriversal, integrativo.

Então, ver e sentir na própria pele a crueldade do sistema, a crueldade da sociedade, todas as barbáries acerca do que é é mito sobre meu corpo me fizeram enxergar a urgência e necessidade de estar nesse espaço. Estar nesse espaço para exatamente isso, trazer luz à tona, pra es, pra jogar luz nessa discussão, fazer com que cada vez mais a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo, como um corpo humano, como um corpo natural e que histórias como a minha não se repitam.

Na FD2 se instaura o efeito de valorização da diversidade, em contraponto ao efeito de marginalização. O conflito se desloca e se apresenta em dois discursos: o marginalização e o pluriversal. Esse embate reflete as condições situacionais da mulher trans, considerando os efeitos de marginalização no contexto sócio-histórico, em contrapartida à representação das identidades trans nas esferas sociais. Conforme Jesus (2012, p. 9):

O movimento transgênero se encontra cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em rede, instrumento pelo qual fabricam novas realidades sociais, reconfigurações das relações de gênero, por meio da combinação de elementos cotidianos e extra-cotidianos, demarcando suas identidades pessoais e sociais e demonstrando, na sua práxis cotidiana, que a sua identidade de gênero não esgota sua subjetividade, sendo, portanto, seres humanos complexos, como quaisquer outros.

Ao debruçar-se sobre o enunciado “ver e sentir na própria pele a crueldade do sistema, a crueldade da sociedade, todas as barbáries acerca do que é é mito sobre meu corpo”, verifica-se que se (re)produz o efeito de discriminação que pode significar a abjeção das identidades dissidentes, estruturada de um lugar ideológico que valoriza as

normatizações cisgêneros e segrega os corpos que desviam de tais condicionalidades, naturalizadas e legitimadas pelo sistema hegemônico. O contraponto à marginalidade pode ser observado na seguinte materialidade discursiva, da qual emana um discurso trans: “jogar luz nessa discussão, fazer com que cada vez mais a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo”. Remete-se, assim, a um efeito de resistência em relação ao conservadorismo.

No que diz respeito a isso, o referido embate implica uma contraposição de duas formas de conceber a existência transgênero, mobilizadas por um efeito marginalizador, tratado na FD1 e recuperado no interior da FD pluriversal, da qual emana um efeito inclusivo, ao atribuir uma integração por abordar a importância da representatividade trans, a fim de promover uma ruptura em relação ao discurso de poder ao retratar as identidades trans e travestis. Sobre essa questão, Nascimento considera a importância de que:

[...] é necessário que rompamos com a harmonia do silêncio cisgênero: desafinar o coro daqueles que contentemente acreditam que seus gêneros são naturais, afirmando a artificialidade de produção de todas as corporalidades e subjetividades.

É importante agenciar táticas discursivas capazes de desestabilizar as verdades sobre gênero, colocando-o em disputa; por isso, é fundamental a compreensão do conceito de autodeterminação, pois ele desloca as narrativas produzidas sobre pessoas trans* para validar e valorizar as narrativas produzidas por nós. (Nascimento, 2021, p.102)

Ao reportar à materialidade linguística, percebe-se que há um jogo de palavras concebido entre a FD1 e a FD2, entre as palavras marginalização e integração, ocorrendo assim uma ruptura, devido à relação estabelecida entre o discurso dominante e o discurso pluriversal. A exemplo disso, na FD2 o enunciado “a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo, como um corpo humano, como um corpo natural e que histórias como a minha não se repitam.” estabelece uma oposição à FD dominante, emanando um efeito de humanização, e em decorrência disso, promove-se um rompimento com o efeito de marginalização, assegurando, assim, uma legitimação de tais identidades de gênero.

O modo de conceber o discurso trans no enunciado “enxergar a urgência e necessidade de estar nesse espaço” – ao deslizar sentidos em relação a marginalização na FD1 – se dá por uma retomada histórica, ao instaurar novos trajetos de sentido transformadores associados à mulher trans e travesti, ao recorrer à garantia dos seus direitos humanos e à promoção representativa de tais identidades dissidentes na desconstrução objetificante e das assimetrias de gênero e sexualidade a esta relacionada.

Logo, percebe-se um movimento parafrástico no jogo das palavras promovido pelos deslizamentos de sentido emanados na FD1 de marginalização, de segregação, para a FD2 pluriversal, instaurando um efeito de humanização. Nesse jogo de palavras, compreende-se, no campo discursivo, a ocorrência da paráfrase mediante os efeitos de segregação e de humanização. O modo de conceber os deslizamentos polissêmicos do efeito de marginalização, ao se instaurar na esfera discursiva pluriversal, promove uma ruptura com os efeitos segregatórios que circulam como estereótipos patologizantes e sexualizantes. Com isso, tais efeitos se opõem, na medida em que se dá o deslizamento de outros sentidos de uma FD para outra. Sobre essa questão, Orlandi (2020, p. 79) considera que:

Este modo de conceber o deslize, o efeito metafórico, como parte do funcionamento discursivo, liga-se à maneira de se conceber a ideologia. Pensando-se a interpretação, esse efeito aponta-nos para o “discurso duplo e uno”. Essa duplicidade faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido [...]

No processo de significação da FD2, através do termo "como", é possível observar que semanticamente os efeitos de sentido da expressão adverbial, presente em vários momentos da materialidade linguística, relacionam-se entre si, ao apresentar um indicativo de comparação, estando associados a outras materialidades linguísticas, tais como “corpo natural”, “corpo humano” e “a minha”, referentes à humanização da mulher trans e travesti.

Conforme Silva (2021, p. 18), ser travesti no final da década de 1970 representava uma afronta aos “bons costumes” da época, “era sinônimo de vadiagem, não por acaso éramos enquadradas no artigo 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, popularmente conhecida como ‘Lei da vadiagem’”. Sendo assim, as travestis eram interpeladas pelo discurso dominante, ao passo que eram inferiorizadas pelo constructo “determinista” do discurso biológico, como efeito de manutenção das normativas prescritas pelas relações de poder, numa tentativa sistemática de apagamento de seus corpos e identidades. Dessa forma, há, portanto, um atravessamento interdiscursivo, na relação de sentidos inscritos. Para Bento (2017, p. 101):

Quando se destaca o aspecto “estereotipado” das práticas transexuais, por um lado se reforça a tese de que há uma verdade para os gêneros que referencia-se no corpo-sexuado; por outro, não se problematizam as múltiplas interpretações e as práticas internas à experiência transexual sobre o masculino e o feminino, apagadas sob a rubrica genérica de “transexuais”. A patologização das experiências de gênero que estão às margens da norma, encontram aí um argumento para justificar a permanente produção de um saber que institui e posiciona o transexual como um enfermo, um transtornado.

Por um lado, ao tratar do lugar social imposto às pessoas trans e travestis, compreende-se, na materialidade do dizer, uma dada estabilização na FD1- marginalização. Por outro lado, a FD2-pluriversal promove um efeito de humanização, ao tratar dos corpos trans e da materialização de discursos que reiteram o protagonismo, como corporalidades que devem ser vistas como parte integrativa do imaginário social: “a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo, como um corpo humano, como um corpo natural e que histórias como a minha não se repitam.” Na esfera interdiscursiva, a FD2 promove um efeito de desestabilização da FD1, o que proporciona efeitos de sentido de protesto e de reivindicação de direitos humanos.

Por sua vez, Erika Hilton é interpelada em sujeito do discurso, interpelação que se dá através do processo de assujeitamento do indivíduo que é afetado pelo efeito da relação entre a língua e a história. Esse processo se dá ao instaurar um movimento de identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva, na medida em que o sujeito discursivo se contra-identifica com a FD1 dominante e passa a se identificar com a FD2 que representa as práticas ideológicas das quais se aproxima.

Segundo Pêcheux (2009, p. 199-200), “o sujeito [...] se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso)”. Desse modo, devido a essa aproximação do sujeito discursivo, a FD2 passa, portanto, a representar a formação discursiva a que a forma-sujeito se filia.

6. CONCLUSÃO

Através deste gesto de interpretação, foi possível perceber, na materialização discursiva da entrevista de Erika Hilton, como se dá parte do processo de interpelação ideológica referente às identidades de gênero trans e travestis, que reforça estigmas e estereótipos na constituição da formação discursiva marginalizante. Entretanto, por meio do fluxo interdiscursivo, também ocorre um rompimento com essa imagem da mulher trans e travesti subjugada, mediante o deslizamento dos efeitos de sentido para a formação discursiva pluriversal, que reitera a tomada de posição dos sujeitos trans, enquanto sujeitos de discurso, e a busca por deslegitimar o discurso universal construído historicamente pela normativa dominante e (re)atualizado atualmente, através de marcadores de gênero e sexo.

Os resultados encontrados na análise dizem respeito tanto a uma questão social, na medida em que dá visibilidade à discussão sobre identidade de gênero, quanto a uma questão teórica, pois promove a aplicabilidade da AD a partir de algumas noções, tais como as de sujeito, discurso e ideologia. Assim, a partir de uma dada relação sócio-histórica, determinadas pelas posições ideológicas no processo de produção do discurso trans, compreende-se a relação estabelecida no âmbito da paráfrase e da polissemia na produção de efeitos de sentido da palavra “marginalização”. Na FD1 mobilizam-se efeito de sentido de discriminação e, concomitantemente, efeitos outros, como de humanização, inscritos na FD2, instaurando-se, assim, no deslizamento de um dizer para outro, no interior FD2, um novo domínio de saber.

Outro ponto a ser ressaltado é a abordagem dos AIE e dos ARE que ilustram, de forma breve, as tensões vivenciadas por Erika Hilton e, de forma metonímica, por muitas pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente do gênero que lhes foi designado ao nascer. Essa abordagem contribui para a reflexão sobre o funcionamento dos Aparelhos de Estado na vida de pessoas trans, bem como sobre as dificuldades que, nesses contextos, passam a ser geradas.

Através da contra-identificação do sujeito com a FD dominante, é possível estabelecer uma naturalização da identidade de gênero dos corpos trans, como sujeitos do traviarcado, os quais promovem uma instabilidade interdiscursiva que materializa efeitos de sentido de luta contra determinados funcionamentos dos AIEs, cujas práticas põem em cena mecanismos de repressão ideológica em meio às relações de poder, como de segregação de mulheres trans e travestis, proporcionando efeitos de deslegitimação de suas identidades de

gênero. E, com efeito, a luta pelos direitos trans instaura uma ruptura com tais práticas ideológicas, por resistir enquanto classe marginalizada à normativa dominante.

Pelo prisma do sujeito-indivíduo, a luta pelos direitos trans realizada pela parlamentar Erika Hilton se constitui por dois vieses: individual e coletivo. Pelo lado individual, por vivenciar, enquanto corpo trans, certas determinações dos AIEs, e coletivamente ao reivindicar, a partir do movimento sociopolítico, a integração de suas identidades de gênero e a legitimação de suas vivências plurais. Tais relações sociais se inscrevem ideológica e discursivamente no contexto sociopolítico atual, como constituintes do imaginário pluriversal brasileiro.

É nesse sentido que foi possível compreender o processo de produção de sentidos e, conseqüentemente, a possibilidade de estabelecer regularidades e instabilidades no funcionamento das FDs analisadas, bem como a relação que elas mantêm com a sua memória, compreendendo o processo discursivo através do gesto de interpretação. A relação entre a FD1 e a FD2 se torna fundamental para a constituição de determinados efeitos de sentido, e não outro(s) em seu lugar.

Além disso, com a noção de sujeito são percebidos os processos de identificação e de contra-identificação que também contribuem para a existência dos efeitos de sentido em questão, que são dependentes das relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Percebe-se que os corpos trans têm historicidade e são construídos nas materialidades discursivas através de sua inscrição em formações discursivas.

Por fim, é preciso destacar que essa é uma análise preliminar sobre o discurso trans e, por isso, não se tem a pretensão de esgotá-la em meio às fronteiras desta pesquisa. Diante disso, pretende-se retomá-la em futuras etapas da vida acadêmica, em estudos posteriores à graduação, para aprimorar os gestos de análise acerca do *corpus* em questão.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Palmira Heine, MADUREIRA, André L. Gaspari; AZEVEDO, Illa Pires de (org.). **Mulher em (Dis) curso**. Ponta Grossa: Atena, 2020.

BARBOSA, Julia; Tauil, Maria Elisa. **Poder por elas: Quem é Erika Hilton?**. agmt jornalismo PUC-SP. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/poder-por-elas-quem-e-erika-hilton>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 27 abr. 2025

BENTO, Berenice. **A Reivenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3ª ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BRANDÃO, H. H. N. **Analisando o Discurso**. Museu da Língua Portuguesa. Estação da Luz, 2009. Disponível em: http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=1. Acessado em 14 ago. 2023.

BRASIL, Luciana Leão. **MICHEL PÊCHEUX E A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO: DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DE UMA TIPOLOGIA DISCURSIVA**. Doi: 10.5216/lep.v15i1.25149. Linguagem: Estudos e Pesquisas. Goiânia. v. 15. n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/32465>. Acesso em: 25 set. 2023. Acessado em: 01 set. 2023.

CÂMARA dos Deputados do Brasil. **Erika Hilton**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220645/biografia>. Acesso em: 25 ago. 2024

CARMO, Wendel. **Érika Hilton vai à Justiça contra policiais que invadiram casa por engano e apontaram arma para moradora**. Carta Capital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/erika-hilton-vai-a-justica-contr-policiais-que-invadiram-casa-por-engano-e-apontaram-arma-para-moradora/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CORPOLÍTICA. Direção: Pedro Henrique França; Marco Pigossi. Produção: Pedro Henrique França; Marco Pigossi. Youtube, 2023. Disponível em: https://youtu.be/5ul_urYbKyI?si=2voMxitpgSRrvMbj Acesso em: 15 jun. 2024.

CAZARIN, Ercília (org.). **Práticas Discursivas e identitárias: Sujeito & Língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA . 2012. pág. 1-15.

ERIKA Hilton cobra investigação de chacina durante operação policial no Guarujá. PSOL na Câmara, 2023. Disponível em: <https://psolnacamara.org.br/erika-hilton-cobra-investigacao-de-chacina-durante-operacao-policial-no-guaruja/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ERIKA HILTON (PSOL) cobra investigação de chacina durante operação policial no Guarujá (SP). PSOL 50, 2023. PSOL. Disponível em: <https://psol50.org.br/erika-hilton-psol-cobra-investigacao-de-chacina-durante-operacao-policial-no-guaruja-sp/#>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ERIKA HILTON (PSOL) denuncia policial que agrediu mulher LGBT no metrô de São Paulo. PSOL 50, 2024. PSOL. Disponível em: <https://psol50.org.br/erika-hilton-psol-denuncia-policial-que-agrediu-mulher-lgbt-no-metro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZALES, Lélia; Hasenbalg, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de Discurso**. in: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra;

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Vanessa. Da infância à ALESP, Erika Hilton fala sobre a candidatura a vereadora em São Paulo e reflete sobre política representativa, morte, prostituição e família. **Elástica**. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/erika-hilton-vereadora-negra-trans/mobile>. Acesso em: 01 set. 2024

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

POMPERMAIER, Paulo Henrique; VIEIRA, Helena. Erika Hilton, a vereadora insurgente. **Cult**, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-vereadora-insurgente/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RODA Viva. Roda Viva | Erika Hilton | 01/02/2021. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qvzQd0tN27w?si=Je7d0qWvh30UZx2y>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil. Picos: [S/N], 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leta, 2017.

TOMAZ, Kleber. Polícia de SP investiga se há relação entre atentados contra três parlamentares trans do PSOL. **G1** São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/policia-de-sp-investiga-se-ha-relacao-entre-atentados-contra-3-parlamentares-trans-do-psol.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2024.

VITÓRIA, Paulo Renato. **O RECHAÇO A TODAS AS FORMAS DE DOMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO E DESTRUIÇÃO COMO CRITÉRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO PLURIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 2, 2019.

ANEXOS

Transcrição

Entrevistadora: Erika, cê foi expulsa de casa quando você ainda era adolescente, passou pelo drama de viver na rua de ter de se prostituir, algo que você não esconde, você até conta como uma forma de mostrar a situação pela qual você passou, depois você se reconciliou com a sua família, entrou em uma universidade federal, ajudou outras pessoas a fazerem esse mesmo percurso e encontrou na militância política uma maneira de contar a sua história e de ajudar outras pessoas. A minha pergunta é, de que forma essas cicatrizes, como diz a música do Emicida, moldaram a sua trajetória política e como superar esse momento que você passou, esse enfrentamento e transformar a o seu mandato em algo mais abrangente.

Erika Hilton: Bom, eu acho que essas cicatrizes, essas marcas da violência, da desumanização, da abjeção de um corpo que só pelo simples fato de ser negro, de ser pobre, de ser trans passa por essas centenas de ob-obstáculos fizeram com que eu compreendesse a urgência e a necessidade de que a minha voz e que a voz desses grupos sociais fossem ouvidas. A realidade da rua, a realidade da prostituição, a realidade da solidão, do abandono, da negação do afeto, da religiosidade, da proteção do Estado foram demarcadores fundamentais pra que eu me colocasse como alguém na linha de frente, como uma voz que ousaria tentar representar essas ditas minorias.

Então, ver e sentir na própria pele a crueldade do sistema, a crueldade da sociedade, todas as barbáries acerca do que é é mito sobre meu corpo me fizeram enxergar a urgência e necessidade de estar nesse espaço. Estar nesse espaço para exatamente isso, trazer luz à tona, pra es, pra jogar luz nessa discussão, fazer com que cada vez mais a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo, como um corpo humano, como um corpo natural e que histórias como a minha não se repitam.

E isso se dá a partir do fortalecimento de políticas públicas, isso se dá a partir da defesa dos direitos humanos, isso se dá construindo um novo imaginário acerca do que é este corpo na sociedade como um todo, quando nós, nos vemos representadas, quando nós não nos vemos representadas, quando nós não ocupamos outros espaços, quando nós só temos um único retrato acerca da nossa história, fica muito difícil de nós desconstruirmos, de nós ocuparmos outros lugares e resgatarmos essa humanidade.

Então, eu acho que a minha ocupação e através do meu mandato e da minha atuação política, nós vamos construir um outro imaginário acerca do que é o corpo travesti, o corpo de mulher, o corpo periférico na sociedade e que nós podemos ser e estar em quaisquer outros lugares que não só esses que nos são sentenciados, como cárcere, como a drogadição, como a prostituição ou como as manchetes policiais que só nos retrata como executadas.

Eu acho que ocupar este lugar e vim de toda essa es-essas dores mesmo, me potencializaram pra demarcar este resgate pela nossa humanidade.

Comentários



1 resposta >



@jerisoncostarocha9392 · há 1 ano



Um dia Jesus vai libertar ele dese
homossexualismo

👍 3 🗨 📧

Comentários



@thiagoferreira3977 · há 4 anos



O papel da Erika Hilton é ganhar dinheiro com
a política. K k k

👍 5 🗨 📧

Comentários



@Leliraso · há 3 anos



Essa cultura de pessoas fingindo de que ser
mulher é feminilidade, de que maquiagem,
salto alto e implantes de silicone
transformam um homem em mulher é
absurdamente misógino! É tão insultante
quanto alguém que pinta seu corpo de preto,
canta um rap e se "identifica" com um preto.
É um insulto porque é uma caricatura, uma
fantasia. Parem de silenciar. Atacar, ameaçar
mulheres, que morrem e se suicidam todos
os dias por inconformidades com seus
corpos, que se mutilam por isso, por
depressão, que são abandonadas grávidas e
sustentam 50% dos lares brasileiros e
morrem por feminicídio 1 a cada 7 horas e um
estupro a cada 10 minutos no Brasil.



@Mr.Jackbaldo · há 4 anos



Chega a ser cômico , o fato de ainda nos dias
de hoje , pessoas assumirem posturas
homofóbicas , transfóbicas , racistas ... ainda
pelo fato destas , esconderem-se por
pseudônimos .

👍 10 🗨 📧



@roquejaroque7208 · há 9 meses



Quem é esse cara ? Qual o nome verdadeiro
DELE?

👍 5 🗨 📧

Comentários



Elka ramida !!!!!!!

👍 1 🗨️ 📧



@dannprates6432 · há 2 meses



Se aproveita da boa fala, para se promover ;
Pois é hipócrita e marqueteiro;
Gastou rios de dinheiro para mudar as
características físicas da raça que tanto
"defende". francamente

👍 1 🗨️ 📧



@FabianaFerreira-h2j · há 4 meses



Eu amo ouvir ela falando 🍷🍷🍷💖

👍 🗨️ 📧

Comentários



Principais

Mais recentes



Diretrizes do canal

ver



@MrJackbaldo · há 4 anos



Exemplo de mulher trans , que venceu e esta
vencendo diariamente esse sistema
hierárquico que mata é sentenciam pessoas
trans a morte você não está sozin... Ler mais

👍 45 🗨️ 📧



@jessy1332 · há 3 anos



a oratória perfeita dessa mulher meu pai

👍 31 🗨️ 📧



@monicaberndt1217 · há 4 anos



Maravilha de entrevista, não me arrependo de
ter votado nela 🍷🍷🍷💖